



Fundo Regional de
Estabilização e
Desenvolvimento
Económico



Implementado pelo:



TERMO DE REFERÊNCIA (TDR)

REFORÇO DE CAPACIDADES PARA UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL EFICIENTE, TRANSPARENTE E INCLUSIVA

Programa: **Fundo para a Estabilização e Desenvolvimento Regional nas regiões frágeis dos Estados Membros da CEDEAO - Cooperação Financeira**

Nome da organização implementadora: **Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF)**

Nome do projeto: **Nô Sidadi, Nô Futuru: Requalificação das Infraestruturas Social na cidade de Gabú**

O prazo limite para submissão das candidaturas: 20/06/2025

1. ANTECEDENTES DO PROJETO

A Guiné-Bissau enfrenta desafios estruturais de desenvolvimento, as frequentes crises políticas e a recorrente instabilidade administrativa no país comprometeram a implementação de estratégias de desenvolvimento nas últimas duas décadas. Atualmente o país apresenta um baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de apenas 0,48, ocupando o 177º lugar entre 191 países e territórios em todo o mundo (PNUD, 2021). Apesar dos esforços do Governo nos últimos anos para promover o crescimento económico e combater a pobreza e a desigualdade, os dados do Relatório de Desenvolvimento Sustentável de 2020, mostra que o progresso da Guiné-Bissau rumo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) ainda é muito limitado e permanecem desafios para a sua consecução. A avaliação das necessidades feitas pelo Fundo de Estabilização e Desenvolvimento Regional nas regiões frágeis dos Estados Membros da CEDEAO aponta para seguintes focos de intervenção: 1) melhorar as infraestruturas sociais básicas da cidade, aumentando particularmente o acesso à água; 2) melhorar as infraestruturas e equipamentos do Hospital Regional de Gabú e, 3) fornecer energia limpa e renovável; 4) reforçar as capacidades dos atores locais.

1. Sistema de abastecimento de água na cidade de Gabú

O acesso à água potável é um problema generalizado na Guiné-Bissau, em particular na região de Gabú. As doenças transmitidas pela água estão entre as principais causas de morbidade e mortalidade entre crianças. As infraestruturas hídricas estão gravemente danificadas e não existem recursos suficientes para garantir a produção e manutenção dos sistemas de abastecimento de água existentes. A falta de acesso à água tem um impacto negativo no bem-estar da população (e das mulheres em particular) e constitui uma limitação à redução da pobreza. O projeto pretende melhorar as infraestruturas de abastecimento de água existente e ao mesmo tempo aumentar a capacidade de fornecimento de água.

2. Infraestruturas do Hospital Regional de Gabú

O Hospital Regional de Gabú é o maior centro hospitalar da região de Gabú. Este hospital de referência recebe frequentemente casos complexos encaminhados das zonas mais rurais da região, dispondo de atendimento cirúrgico, banco de sangue e outros serviços diferenciados. O Hospital Regional de Gabú cobre atualmente as necessidades de saúde de uma população de mais de 200.000 pessoas. Contudo, as infraestruturas encontram-se em condições degradadas afetando a qualidade dos serviços prestados no hospital como também a segurança dos profissionais de saúde e pacientes. A intervenção do projeto é orientada na construção de infraestrutura para acomodar serviços de medicina interna e a requalificação das infraestruturas, de modo a tornar o hospital mais funcional e eficiente.

3. A limitação da eletricidade, especialmente nas comunidades em torno da cidade de Gabú.

Atualmente, na Guiné-Bissau, a capacidade de fornecer energia de qualidade e a preços acessíveis à maioria da população é muito limitada, uma vez que a rede pública de eletricidade continua restrita a certas capitais regionais. Isto leva a grandes disparidades no acesso à energia entre localidades, resultando numa redução da atividade das famílias, empresas e outros. No entanto, o país dispõe de um potencial de energias renováveis muito interessante. O projeto pretende fornecer energia limpa e renovável às zonas desfavorecidas, mais pobre de Pitche, em particular às mulheres chefes de família. Por razões estratégicas, nomeadamente a questão da sustentabilidade, foi escolhida o sector de Pitche, na região de Gabu, devido à capacidade económica do sector, principalmente devido ao comércio entre as populações na fronteira do Senegal e da Guiné-Conacri.

4. Atores Local

Os cidadãos, a sociedade civil e as organizações comunitárias reivindicam uma governação mais democrática, responsável e transparente, incluindo canais mais participativos e políticas mais inclusivas. A Guiné-Bissau tem de facto uma sociedade civil vibrante. No entanto, as ligações entre a estrutura do Estado e as organizações da sociedade civil ainda são insuficientes. O reforço do desempenho da sociedade civil e da sua participação, influência/advocacia e monitorização das políticas públicas, dos serviços e das intervenções dos parceiros de desenvolvimento é um passo importante para uma maior transparência e responsabilização da governação local. Prevê-se ações de reforço de capacidades das organizações da sociedade civil como também das autoridades locais.

2. ENQUADRAMENTO DOS PRESENTES TERMOS DOS REFERÊNCIA

O Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF) recebeu financiamento do KfW para financiar o custo do projeto *Nô Sidadi, Nô Futuru*: Requalificação de Infraestruturas Sociais na Cidade de Gabú e pretende aplicar parte deste fundo em pagamentos ao abrigo do contrato GB/GABU/IMVF/FRSD-FC/1-2023, para a implementação da **Atividade 4.3.1**, do projeto, que visa reforçar as capacidades dos funcionários e representantes do governo local e das Organizações da Sociedade Civil em Gabú.

3. OBJETIVO

O reforço das capacidades para uma administração pública local eficiente, transparente e inclusiva resulta da identificação de necessidades de formação junto de funcionários locais, delegados dos serviços desconcentrados e representantes da sociedade civil.

O objetivo geral é capacitar os agentes da administração pública para adaptar os serviços públicos às necessidades da população, promovendo a implementação de políticas inclusivas e fortalecendo a atuação dos serviços locais do Estado, de modo a garantir uma governação mais equitativa e responsiva.

Para alcançar este objetivo, será realizado o recrutamento de formadores qualificados, responsáveis por planear, preparar e ministrar ações de formação orientadas para o reforço das competências técnicas, administrativas e de gestão dos membros do governo regional, alinhadas com as boas práticas de governação, transparência e prestação de serviços públicos inclusivos.

4. RESULTADOS ESPERADOS

A realização das formações pretende gerar impactos concretos na capacidade de atuação dos agentes públicos e da sociedade civil envolvidos. Neste sentido, esperam-se os seguintes resultados:

- Disponibilização de materiais pedagógicos adaptados ao contexto da Guiné-Bissau.
- Capacitação técnica e prática dos participantes em áreas selecionadas.
- Relatórios de avaliação de participação e desempenho.
- Melhoria da eficácia, eficiência e transparência da atuação dos serviços públicos da região.

5. PÚBLICO-ALVO

As ações de formação destinam-se a fortalecer as competências de diferentes atores-chave que atuam no âmbito da administração pública local e da sociedade civil, com vista a promover uma gestão pública mais inclusiva, eficiente e participativa. O público-alvo inclui:

- Funcionários das administrações locais de Bafatá que lidam diretamente com o público ou planeiam serviços.
- Delegados e técnicos dos Serviços Desconcentrados do Estado (Saúde, Educação, Ação Social, Agricultura, etc.) nas regiões de Bafatá.
- Líderes comunitários e representantes de Organizações da Sociedade Civil.

6. TEMÁTICAS DE FORMAÇÃO

As formações foram estruturadas com base nas necessidades identificadas de reforço institucional e focam-se em áreas-chave para melhorar a capacidade técnica e administrativa dos membros do governo regional, dos serviços desconcentrados do Estado e da sociedade civil local. Cada temática combina conteúdos teóricos e práticos, alinhados com os princípios de boa governação, transparência e inclusão social.

As temáticas são as seguintes:

Temática 1. Governação Local e Descentralização

Esta formação visa reforçar o conhecimento dos participantes sobre o regime jurídico das autarquias locais e o princípio da descentralização, promovendo uma atuação mais eficiente e responsiva das administrações locais.

Documentos de referência: Constituição da República; Autarquias Locais; Tutela Administrativa e Financeira do Estado.

Conteúdo indicativo:

- Conceito e princípios da descentralização
- Competências das autarquias
- Supervisão e controlo estatal

Metodologia: Aulas expositivas, estudo de casos práticos e trabalhos em grupo.

Temática 2. Gestão Financeira e Orçamento Público

Esta formação pretende fortalecer a capacidade de gestão orçamental e execução financeira dos participantes, com foco na eficiência e responsabilidade fiscal.

Documentos de referência: OGE; Tutela Administrativa e Financeira; Diretrizes UEMOA.

Conteúdo indicativo:

- Processo orçamental
- Execução da despesa pública
- Controlo e auditoria financeira

Metodologia: Sessões teóricas, simulações de elaboração orçamental e análise de estudos de caso.

Temática 3. Transparência e Prestação de Contas

Esta formação visa promover a cultura da transparência e accountability no setor público, através do fortalecimento dos mecanismos de prestação de contas.

Documentos de referência: Orgânica do Tribunal de Contas; Sistema Nacional de Planeamento.

Conteúdo indicativo:

- Conceito de transparência
- Relatórios de gestão e auditorias
- Controlo social

Metodologia: Aulas interativas, estudo de casos de boas práticas e exercícios práticos.

Temática 4. Gestão de Recursos Humanos no Setor Público

Esta formação tem como objetivo capacitar os participantes em boas práticas de gestão de pessoas, com enfoque no mérito, avaliação de desempenho e desenvolvimento profissional.

Documentos de referência: Estatuto da Função Pública; Normas de Avaliação de Desempenho.

Conteúdo indicativo:

- Procedimentos de recrutamento
- Avaliação de desempenho
- Planos de formação e desenvolvimento

Metodologia: Oficinas práticas, análise de cenários e simulações (role-play).

Temática 5. Água, Saneamento e Sustentabilidade Urbana

Esta formação visa fortalecer a capacidade técnica dos participantes na gestão eficiente da água e do saneamento, em prol do desenvolvimento urbano sustentável.

Documentos de referência: Código de Água; Plano Nacional de Saneamento.

Conteúdo indicativo:

- Políticas públicas de água e saneamento
- Direitos de acesso à água
- Sustentabilidade urbana

Metodologia: Estudos de caso locais, oficinas práticas e visita de campo (opcional).

Temática 6. Marco Legal e Contratação Pública

Esta formação pretende capacitar os participantes em procedimentos de contratação pública, reforçando a transparência, a legalidade e a eficiência nas aquisições.

Documentos de referência: Código de Contratação Pública.

Conteúdo indicativo:

- Procedimentos de concurso
- Critérios de seleção e adjudicação
- Fiscalização dos contratos

Metodologia: Análise de processos reais, simulações de concursos e oficinas práticas.

Temática 7. Administração Pública Inclusiva

Esta formação visa integrar os princípios da igualdade e inclusão social na gestão pública, promovendo políticas mais justas e acessíveis para todos.

Documentos de referência: Constituição da República; Convenções Internacionais (CEDAW, ONU).

Conteúdo indicativo:

- Políticas de inclusão
- Igualdade de género e de acesso
- Direitos das pessoas com deficiência

Metodologia: Dinâmicas participativas, estudo de casos e painéis de discussão.

Temática 8. Gestão de Projetos e Aquisições

Esta formação destina-se a fortalecer as competências dos participantes no planeamento, execução, monitorização e avaliação de projetos de desenvolvimento.

Documentos de referência: Sistema Nacional de Planeamento; Código de Contratação Pública.

Conteúdo indicativo:

- Fases do ciclo de projeto
- Planeamento de aquisições
- Execução e controlo de projetos

Metodologia: Oficinas de projeto, estudos de caso e simulações de monitorização.

Nota: Cada formação deve incluir sessões teóricas, estudos de caso, oficinas práticas, atividades participativas e aplicação de boas práticas internacionais adaptadas ao contexto da Guiné-Bissau.

7. PERFIL DO(A) FORMADOR(A)

Para assegurar a qualidade técnica e metodológica das formações, serão recrutados formadores especializados em cada temática. Cada formador deverá possuir sólida formação académica, experiência prática relevante e capacidade comprovada de transmitir conhecimentos de forma adaptada ao contexto da administração pública e da sociedade civil da Guiné-Bissau.

Os perfis requeridos são:

1. Governação Local e Descentralização: Especialista em Administração Pública, com experiência comprovada em processos de descentralização e governação local.

2. Gestão Financeira e Orçamento Público: Economista ou Gestor Público com experiência em gestão orçamental, finanças públicas e auditoria.

3. Transparência e Prestação de Contas: Auditor ou Jurista com experiência em transparência governamental e prestação de contas.

4. Gestão de Recursos Humanos no Setor Público: Gestor de Recursos Humanos ou Especialista em Administração Pública com experiência em gestão de carreiras e desenvolvimento organizacional.

5. Água, Saneamento e Sustentabilidade Urbana: Engenheiro Sanitário ou Ambiental com experiência em políticas públicas de água e saneamento.

6. Marco Legal e Contratação Pública: Jurista ou Especialista em Contratação Pública com experiência em processos licitatórios.

7. Administração Pública Inclusiva: Especialista em Direitos Humanos, Igualdade de Género ou Administração Pública Inclusiva.

8. Gestão de Projetos e Aquisições: Especialista em Gestão de Projetos, com experiência em procurement público e monitorização de programas.

8. RESPONSABILIDADES DO/A FORMADOR/A

Os formadores selecionados terão a responsabilidade de assegurar a preparação pedagógica, a execução das sessões e a avaliação dos resultados de aprendizagem, garantindo a qualidade e a adequação das formações aos objetivos definidos no projeto. As principais responsabilidades incluem:

- **Elaborar** planos de sessão detalhados e materiais de apoio à formação (apostilas, apresentações, exercícios práticos).
- **Conduzir** as sessões de formação de acordo com o plano aprovado e a metodologia proposta.
- **Aplicar** instrumentos de avaliação dos conhecimentos dos participantes (pré-testes, pós-testes, dinâmicas de grupo, estudos de caso).
- **Monitorizar** a participação dos formandos, assegurando a interação e o envolvimento nas atividades.
- **Elaborar** um relatório final de cada formação, incluindo:
 - Lista de presenças,
 - Avaliação do desempenho dos participantes,
 - Análise dos resultados dos instrumentos de avaliação aplicados,
 - Recomendações para futuras formações ou ações de reforço.

9. DURAÇÃO E LOCAL DAS FORMAÇÕES

As ações de formação serão organizadas de modo a garantir a adequada preparação pedagógica, a realização eficaz das sessões presenciais e a sistematização dos resultados obtidos. O processo decorrerá na cidade de Gabú, no Centro Multifuncional da Juventude de Gabú, e terá uma duração total estimada de 8 dias, distribuídos pelas seguintes fases:

Fase	Atividade	Nº de Dias	Observações
1	Preparação dos conteúdos e materiais	2 dias	Desenvolvimento de planos de sessão, materiais pedagógicos e instrumentos de avaliação
2	Realização da formação presencial	4 dias	Condução das sessões teóricas e práticas conforme metodologia aprovada
3	Elaboração do relatório final da formação	2 dias	Redação do relatório, análise de avaliações e entrega de documentação final

10. CANDIDATURAS

Os formadores interessados em participar no processo de seleção devem apresentar a sua candidatura para uma ou várias temáticas, demonstrando a adequação ao perfil e às exigências

estabelecidas nestes Termos de Referência. As candidaturas devem incluir os seguintes documentos:

- **Carta de motivação** explicitando o interesse na função e a relevância da experiência profissional.
- **Curriculum Vitae detalhado** com destaque para a experiência em formação e nas áreas temáticas indicadas.
- **Cópias dos diplomas e certificações relevantes** comprovando as qualificações académicas e técnicas.
- **Referências comprováveis** que atestem a experiência profissional e a competência pedagógica.

As candidaturas devem ser enviadas para o seguinte endereço: candidaturas@imvf.org

O prazo limite para submissão das candidaturas é até **20/06/2025**.

11. PROCESSO DE SELEÇÃO

O processo de seleção dos formadores visa garantir a escolha de profissionais com a experiência, competência técnica e capacidade pedagógica necessárias para assegurar a qualidade das formações previstas no projeto. A seleção será conduzida de forma transparente e objetiva, em três fases principais:

- **Análise documental:** Avaliação curricular e análise dos comprovativos de experiência profissional e qualificações académicas.
- **Entrevista técnica:** Entrevista estruturada para aferir o domínio técnico dos conteúdos temáticos, experiência em formação e conhecimento do contexto da Guiné-Bissau.
- **Simulação de mini-sessão de formação (opcional):** Realização de uma breve apresentação prática, permitindo avaliar as competências pedagógicas, a capacidade de comunicação e a interação com o público.

Fase	Descrição	Peso
Análise Documental	Avaliação do CV, diplomas e comprovativos de experiência.	30%
Entrevista Técnica	Avaliação do domínio técnico, experiência prática e metodologia de formação.	40%
Simulação de Mini-Sessão	Avaliação das competências pedagógicas, clareza e capacidade de interação.	30%

Requisitos eliminatórios

Para garantir a adequação técnica e pedagógica dos formadores selecionados, foram definidos critérios eliminatórios obrigatórios. As candidaturas que não cumprirem os requisitos abaixo serão automaticamente desconsideradas:

- Não possuir formação superior relevante para a temática.
- Não apresentar experiência comprovada mínima de 3 anos na área de formação.
- Ausência de experiência anterior em ações de formação ou capacitação.

Observações

Além dos requisitos obrigatórios, alguns critérios adicionais serão considerados como elementos diferenciadores durante o processo de avaliação:

- Conhecimento do contexto da Guiné-Bissau será considerado diferencial positivo.
- Domínio de língua crioula será valorizado, mas não eliminatório.
- Compromisso ético e imparcialidade serão considerados obrigatórios.

Anexo: **Modelo de Curriculum Vitae para candidatura**

1. Dados Pessoais

- 1.1. Nome completo:
- 1.2. Nacionalidade:
- 1.3. Data de nascimento:
- 1.4. Endereço:
- 1.5. Contacto telefónico:
- 1.6. E-mail:

2. Formação académica (Listar em ordem cronológica inversa)

- 2.1. Grau académico:
- 2.2. Área de formação:
- 2.3. Instituição:
- 2.4. Ano de conclusão:

3. Formação complementar (Cursos, certificados de formação de formadores, especializações relevantes)

- 3.1. Nome do curso/certificado:
- 3.2. Instituição:
- 3.3. Ano de conclusão:

4. Experiência profissional (Enfatizar as experiências mais relevantes para a formação)

- 4.1. Cargo/Função:
- 4.2. Entidade:
- 4.3. Período (Mês/ano de início – Mês/ano de fim):
- 4.4. Principais responsabilidades e atividades:

5. Experiência em formação (Destacar apenas atividades de formação/capacitação)

- 5.1. Temas ministrados:
- 5.2. Público-alvo:
- 5.3. Número de formações realizadas:
- 5.4. Metodologias utilizadas:

6. Conhecimentos técnicos específicos (Relacionados aos temas)

- 6.1. Área de especialização:
- 6.2. Competências específicas:

7. Conhecimento do contexto da Guiné-Bissau (Se aplicável)

- 7.1. Experiência relevante:

8. Idiomas (Indicar o nível de proficiência: básico, intermédio, avançado, fluente)

8.1. Português:

8.2. Crioulo:

9. Referências profissionais (Pelo menos três referências com contacto atualizado)

9.1. Nome:

9.2. Cargo/Função:

9.3. Instituição:

9.4. E-mail:

9.5. Telefone:

Nota: O CV deve ter no máximo 5 páginas e focar-se nas informações mais relevantes para o perfil do formador.